

## AS FORÇAS ARMADAS E A INTEROPERABILIDADE

*“Aprendi, desde muito jovem, a bater  
o meu coração ao ritmo da caixa  
de guerra”*

(Marechal António de Spínola, numa alocução,  
ouvida pelo autor, interpretada  
como uma clara alusão ao mais do que bi-  
centenário Colégio Militar)

Em Portugal, aboliu-se pura e simplesmente o Serviço Militar Obrigatório, tradicional e importante instrumento de coesão Nacional, sem estudar devidamente as consequências. Por outro lado, o ensino Básico não desperta nas crianças o sentido da Pátria e o dever constitucional de cada cidadão a defender. País membro da União Europeia (UE) e aderente do Espaço Schengen, as fronteiras esbatem-se. Os nossos políticos, na maior parte fervorosos crentes do federalismo europeu, folgam em utilizar a palavra “Ibérico” em vez de “lusu-espanhol”, para referir eventos envolvendo os dois países, sendo a sua voz amplificada pelos órgãos de comunicação social, criando assim, embora apenas na aparência, uma nova entidade política intermédia que apenas aproveita ao nosso continental vizinho, potenciando as forças centrífugas, desintegradoras da nossa multiseccular identidade como Nação.

Neste quadro, para além, naturalmente, dos militares e dos elementos das Forças de Segurança, os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional ministrados pelo Instituto de Defesa Nacional, personalidades escolhidas pela vincada qualidade dos seus currícula e boas perspectivas de carreira ao serviço do País, são os únicos cidadãos colocados, pelo Estado, formalmente, perante a problemática da Segurança e Defesa Nacional, durante um período de tempo razoável. Para alguns deles, terá sido a primeira oportunidade para contactarem de perto com os militares, nos trabalhos do IDN e durante algumas visitas de estudo a Unidades dos três Ramos das Forças Armadas (FA).

Ao criarem a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN), os seus membros parece terem desejado plasmar aí, a importância atribuída, por eles próprios, à experiência ímpar que lhes foi proporcionada. Pelo seu posicionamento em cargos cimeiros da Administração Pública e do tecido social, os Auditores são importantes formadores de opinião sobre a Segurança e Defesa Nacional.

Assim sendo, senti-me muito honrado, ao ser convidado para escrever sobre as Forças Armadas na conceituada Revista do IDN, pelo Presidente da AACDN, Tenente-General Frutuoso Pires Mateus, meu condiscípulo no Curso Geral Preparatório da Academia Militar nos idos de 1957, por quem tenho a maior consideração e estima

peçoal, reforçados, mais tarde, quando ambos assumimos maiores responsabilidades na direcção de Infra-estruturas, ele no Exército, sendo Engenheiro e eu, na Marinha, especializado em Comunicações, beneficiando do seu abalizado e amigo conselho informal.

Consciente da responsabilidade assumida, procurarei compartilhar com os leitores deste conceituado órgão de comunicação, embora de forma necessariamente sintética, algumas reflexões sobre aspectos das FA de hoje e de amanhã, apenas passíveis de serem experimentados por um, dos muitos que as viveram com paixão, a maior parte do tempo na componente operacional, continuando a experimentar um forte sentimento de pertença, inextinguível. Nesta perspectiva, dispensar-me-hei de abordar aspectos demasiado teóricos de teor estratégico e financeiro, já bem conhecidos dos leitores, por terem sido expressos em publicações oficiais, legislação e “power-points” de excelentes conferências.

Outrossim, procurarei municiar quem tem a paciência para me seguir, com mais alguma argumentação sobre a importância de outros factores, menos conhecidos mas, nem por isso menos importantes na formação dos militares, pois estes, em última análise, terão de estar sempre prontos, sem hesitação, a executar as missões atribuídas, mesmo com o sacrifício da própria vida, dever este, ímpar, entre todos os corpos profissionais servidores do Estado.

Recordo a seguir, três dos muitos episódios que mais me impressionaram durante a minha vida militar.

No século passado, no início da primeira década dos anos sessenta, um jovem Segundo-Tenente da Marinha portuguesa, prestando serviço num Contra-torpedeiro, foi nomeado Oficial de Cumprimentos junto de um grande Navio Auxiliar da Marinha dos EUA, surto em Lisboa, fundeado ao largo da Trafaria. No dia aprazado, fardado a rigôr, cingindo a espada, aguardou na Doca da Marinha pela lancha da Armada que seria colocada às suas ordens para o transportar entre o cais e o navio. Um pouco antes da hora prevista para o embarque, o Cabo da Ponte, entidade que superintendia na infra-estrutura, informou ter a lancha sofrido uma avaria, não havendo possibilidade de a substituir em tempo. Preocupado, o Oficial começou a pensar rapidamente na forma de resolver o problema, varreu com o olhar o Mar da Palha nas imediações e, avistou uma traineira apetrechada para a pesca, cujo rumo a levaria a passar muito perto. Tirou o boné, acenou freneticamente e o mestre da embarcação correspondeu ao chamamento, aproximando-se e ficando a pairar junto ao cais. Chegando à fala, sendo-lhe explicada a situação, o pescador prontificou-se, de imediato, a efectuar o transporte, demonstrando que entre os homens do mar a solidariedade não é uma palavra vã, comicieira. O Oficial saltou para bordo, postou-se à prôa, equilibrando-se nas pernas e na ponta da espada, procurando estar safo da profusão de covos e cabos e, passado algum tempo, ainda antes da hora prevista para a visita, o mestre manobrou e colocou-se, galhardamente, pela alheta de Bombordo do grande navio, perto do portaló, já arriado. O Oficial notou algum reboliço lá muito acima, no convés, onde, face ao inusitado tipo de embarcação que se aproximava, se levou algum tempo a perceber tratar-se da chegada do Oficial de Cumprimentos luso. Finalmente, recebeu-se sinal para atracar, o visitante subiu as escadas, saudou a bandeira e foi recebido pelo Oficial de Dia com as honras devidas, sendo conduzido à Câmara do

Comandante, a quem transmitiu os cumprimentos de boas vindas da Marinha portuguesa, lamentando não ter utilizado uma lancha da Armada, por ter sofrido uma limitação operacional de última hora. O Comandante mandou chamar o Imediato e mais alguns oficiais e, perante estes, fez questão de elogiar o camarada que soubera cumprir a missão, superando uma limitação aparentemente insuperável. “What a Navy!”, foi a sua expressão no final da alocução. O português já se sentia, evidentemente, orgulhoso de pertencer à gloriosa Armada Portuguesa, mas apreciou o elogio.

Durante uma visita de estudo aos Estados-Unidos, incluída no programa do curso de 1990 do “Royal College of Defense Studies”, em Londres, tive ocasião de assistir a um jogo de “baseball”, desporto tipicamente americano. Num intervalo, fui surpreendido pelo anúncio, sonoro, de que os recrutas de uma Unidade do Exército iriam prestar o Juramento de Bandeira, em pleno estádio. E assim foi. Perante as bancadas repletas, com os espectadores de pé, num ambiente emotivo, como os leitores podem facilmente imaginar, os militares, perante a Bandeira Nacional, juraram, ovacionados, defender a sua Pátria, se necessário, com o sacrifício da própria vida. Sentia-se que aqueles jovens eram a emanção da grande Nação norte-americana.

Numa outra oportunidade, em Washington, presenciei uma cerimónia evocativa num gigantesco cemitério militar, onde um mar de cruces brancas, alinhadas, a perder de vista, atestavam, solenemente, a forma como soldados e marinheiros cumpriram um juramento análogo, em boa parte na defesa da liberdade da Europa e do mundo Ocidental.

Parece-me oportuno lembrar um outro enfoque, talvez mais tipicamente americano, expresso pelo lendário General George S. Patton, na 2ª Grande Guerra, líder do 3º Exército dos EUA. Após o desembarque das Forças Aliadas na Normandia, liderando o 3º Exército, conduziu uma avançada imparável, reconquistando 200.000 Km<sup>2</sup> de território e retirando do combate cerca de 1,8 milhões de soldados inimigos, entre mortos e prisioneiros, durante a avançada do Exército Aliado sobre o objectivo. Num filme que tive ocasião de ver, este chefe militar, conhecido pela sua extrema ousadia e também pela capacidade de ignorar ordens superiores, ao dirigir-se aos seus homens, ainda antes da invasão, dizia: “Não quero que vocês morram pela Pátria. Em vez disso, exijo-vos, façam com que os s.o.a.b. dos soldados inimigos morram pela Pátria deles!”

Na verdade, os militares, em combate, devem estar prontos a dar a vida pela Pátria mas, em última análise, é preciso desarmar ou eliminar o inimigo e as plataformas que utiliza, bem como assegurar o domínio do território, do mar ou do ar. Para isso, precisam de dispôr de elevado treino e de utilizar armas, sensores e plataformas modernos.

Cada Ramo das FA está preparado para actuar num meio específico, terra, mar ou ar e a disciplina militar, embora no essencial, seja comum, reflecte estas especificidades. O soldado de Infantaria ou o Fuzileiro tem de ser preparado para assaltar uma posição, matar o inimigo com as próprias mãos, se necessário, ocupando o terreno, mas o marinheiro e o aviador visam, respectivamente, a neutralização das plataformas e das infra-estruturas ou unidades inimigas, muitas vezes fora do alcance visual. No

mar e no ar é difícil assumir a posição de sentido correcta. Assim cada Ramo tem uma vivência muito própria e os políticos precisam de perceber que o todo nem sempre corresponde à soma das partes. É fundamental que ouçam a avisada opinião dos Chefes Militares para se conseguir maior eficácia.

Destinando-se a actuar em situações limite, de grande emergência, tensão e perigosidade, precisam de ter o moral elevado, habituar-se, durante a sua vida activa, a utilizar armas, sensores, plataformas e padrões de treino em tudo semelhantes aos empregues pelos militares dos outros Estados Aliados com quem partilham as operações. O despertar do espírito de missão, de mecanismos inibidores do medo, do enjôo no mar ou no ar, para conseguir minimizar o choque psicológico por testemunhar cenas dantescas, eivadas de sangue, morte e destruição, só se alcança mediante uma prática metódica e intensa de superação de obstáculos em ambientes extremos, o mais parecidos possível com situações limite, reais, a enfrentar, um dia. Assim se exercita, também a boa liderança, sempre fundada no exemplo dado pelos chefes. A ética, as leis e regulamentos militares são praticados e cumpridos por todos, do topo à base da pirâmide hierárquica. Dependemos uns dos outros, desde o grumete até ao Comandante. Numa situação perigosa, um erro do homem do leme ao cumprir uma ordem correcta do Comandante, pode comprometer irremediavelmente a segurança do navio. Numa Unidade Militar, todos são importantes. Um por todos, todos por um. Deste modo se geram, ao longo do tempo, laços, indissolúveis, de confiança e camaradagem, contribuindo para fortalecer o moral.

Em Portugal, é indispensável que os deveres da cidadania, avultando entre estes o da defesa da Pátria, sejam ensinados, obrigatoriamente, nos bancos da escola básica, a par de uma primeira explicação sobre a existência de ameaças à segurança. Mais tarde, nos programas do ensino secundário, deve ser facultado aos jovens um esclarecimento sobre a importância das FA e também das carreiras que podem proporcionar, facilitando o recrutamento de voluntários com vocação para a vida militar. Entretanto, a criação do Dia da Defesa Nacional, proporcionando aos jovens adultos um contacto com a Instituição Militar, parece-me positiva, ainda que tardia.

Os militares precisam de se sentir admirados e respeitados pelos outros cidadãos e pelo poder político. Não podem experimentar vergonha de andar uniformizados na via pública mas sim, orgulho. Em fins da década de cinquenta, lembro-me de passear gostosamente no Chiado envergando a minha farda de Cadete de Marinha. A seguir à eclosão do 25 de Abril, os militares orgulhavam-se de andar fardados na rua. Tinham o moral elevado.

Ao participarem em forças militares da OTAN ou da UE, os nossos militares de terra, mar e ar, treinados segundo exigentes padrões de treino da OTAN, comuns a todos, têm utilizado plataformas, armas e sensores, semelhantes aos empregues pelos aliados, assegurando assim a interoperacionalidade com as outras Forças. A actuação dos portugueses nas missões internacionais em diversas latitudes do planeta, no comando de Forças ou nas Unidades, em situações perigosas ou mesmo de combate, têm vindo a merecer os maiores elogios das altas patentes aliadas.

Mas, atenção! Se os nossos Governos continuarem a proceder ao desinvestimento sistemático e sem substrato estratégico credível nos programas incluídos nas

sucessivas Leis de Programação Militar (LPM), ao arrepio do cuidado planeamento militar, os meios, actualmente já avançados na idade, tornar-se-ão, em breve, obsoletos, resultando graves prejuízos para a segurança e prestígio do País.

Na verdade, no respeitante à Marinha, as Corvetas, utilizadas no patrulhamento da Zona Económica Exclusiva (ZEE), orçam os quarenta anos de idade, tornando-se, naturalmente, os custos de manutenção cada vez mais elevados, até a sua total obsolescência obrigar ao abate ao efectivo, como já aconteceu com a “Augusto Castilho”, que teve a honra de comandar. Destinados a substituir as Corvetas na fiscalização da costa, dos seis Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), cuja construção estava prevista nos estaleiros de Viana do Castelo, foi por enquanto recebido apenas um operacional, tendo sido cancelados quatro. Talvez tenhamos de passar a reforçar a fiscalização da costa com navios de vela, dispondo apenas de um motor auxiliar de pequena potência: o Navio-Escola Sagres, o Navio de Treino de Mar Creoula e o lugre, seu irmão gémeo, propriedade de privados, o Santa Maria Manuela, a requisitar, eventualmente, pelo Estado...As Fragatas da classe Vasco da Gama, quase balzaquianas, necessitam de ser modernizadas para poderem continuar a ter valor militar. Lembro o acréscimo de prestígio resultante para Portugal, pela participação destes últimos navios na Força Naval da UE empregue no combate à pirataria ao largo da Somália, já comandada por um Almirante luso, além de tomar parte em exercícios OTAN, tal como os novos Submarinos “Tridente” e “Arpão”, pagos pelos portugueses com tanto sacrifício mas que permitem a Portugal, garantir uma área de exclusão marítima, caso seja necessário. Voltarei a este ponto mais adiante.

Pense-se no valor acrescido para o nome ou “marca” Portugal, produzido no meio internacional por esta participação de Forças portuguesas. Ou pela visita do Navio Escola Sagres a portos estrangeiros, reforçando a ligação à diáspora portuguesa. Os diplomatas sabem, como os nossos Embaixadores, à mesa de negociações ou com assento nos órgãos directivos de organizações internacionais, adquirem estatuto acrescido, por representarem um Estado que colabora no esforço militar internacional, participando na segurança e defesa a média e longa distância.

No caso do Exército e dos Fuzileiros da Marinha, ainda se utiliza a pesada espingarda G-3 do tempo da guerra do Ultramar. Tenho conhecimento que diversos programas da LPM relativos a viaturas blindadas e helicópteros para o Exército foram interrompidos inopinadamente, por ter sido reduzida a prioridade atribuída à Segurança e Defesa, reflectindo uma perigosa ignorância das lições da História e uma visão rósea de um futuro, quiçá inebriante mas infelizmente utópico, em que a nossa jangada de pedra ombrearia apenas com Estados solidários, executando uma política externa comum, numa Utopia, gigantesca e, desta vez, continental.

Na Força Aérea, os caças F-16 também necessitarão, provavelmente, de ser sujeitos a modernização. Recentemente, foram estes aviões que asseguraram a patrulha dos céus da Islândia, a solicitação da OTAN. Com plena satisfação da Aliança.

Relativamente às ameaças que impendem sobre o espaço arquipelágico português de terra, mar e ar, um leigo na matéria poderá pensar não existirem as de cariz militar ou armado. Segundo a doutrina castrense, a ameaça, recorde, pode ser definida como o produto lógico das capacidades pelas intenções. Assim, um Estado vizinho pode ter

meios militares poderosos mas, sem o respectivo governo ter intenções belicosas não constituirá uma ameaça. Um outro país terá más intenções mas não possuirá armamento capaz, não sendo, assim, perigoso. Se às capacidades se aliarem as más intenções, então representará, sim, uma ameaça. Neste contexto repare-se na significativa importância de que se revestem os Serviços de Informações, bem como a capacidade de o Estado saber proteger eficazmente a sua informação de natureza crítica ou mesmo até classificada, nomeadamente na indústria<sup>1</sup>. A esta luz, parece devermos rezear e estar preparados para o crescimento da onda de islamismo fundamentalista que grassa em muitos países no vizinho Norte de África, onde a Irmandade Muçulmana vem conseguindo hegemonia, embora sob a capa da moderação. Note-se o evoluir da situação política no continente negro mais a Sul, no Mali, na República Centro-Africana, no Chade, na Nigéria e, na costa Leste africana, na Somália e no Quénia, além de outros. Se os agentes do terror não forem atempadamente sustidos, como a França resolveu fazer, por considerar ameaçado o seu interesse estratégico, embora a pedido duma organização de países africanos e sob o beneplácito da ONU, poderá haver novos santuários a partir dos quais a Europa seria directamente ameaçada. O Irão e alguns outros países, já demonstraram querer ajudar certos regimes na aquisição de armamento nuclear e respectivos vectores. Mas a UE, sem uma política externa e de Segurança e Defesa comuns, continua a desinvestir na Defesa, ignorando os apelos do Tio Sam. É perigoso.

Relativamente ao terrorismo, lembremo-nos dos recentes atentados mortíferos em Madrid. Note-se a facilidade com que as lanchas conhecidas como “voadoras”, visitam as praias do Algarve, navegando a partir da costa africana. Além de estupefacientes, podem trazer imigração ilegal e porventura terroristas que venham produzir atentados no solo ou no mar lusos, não só contra os portugueses mas também tomando como alvo os interesses estrangeiros instalados no País ou os milhares de turistas que nos visitam. Se, como parece possível, forem instaladas plataformas ao largo da costa para extracção de petróleo, gás natural ou produção de energia a partir do vento e da ondulação, a Marinha tem de estar preparada para garantir o nível de segurança adequado ao grau de intensidade da ameaça.

Numa circunstância em que, eventualmente, seja superiormente definida uma probabilidade elevada de ocorrência de atentados terroristas em Portugal, lembro que as Forças de Segurança poderão não ser suficientes para garantir a integridade dos inúmeros pontos sensíveis e infra-estruturas críticas existentes no País. As FA, nestas circunstâncias, precisarão de reforçar o dispositivo, em terra, no mar e no ar, colaborando com as Forças de Segurança. O Ministério da Defesa e o da Administração Interna precisam de se entender e planear conjuntamente. Talvez, a Constituição tivesse de ser mais uma vez revista para acomodar aquela colaboração.

Recordo ainda um outro tipo de ameaça para a qual temos de estar preparados: aquilo a que os anglo-saxónicos chamam “A bolt from the blue”, isto é, o inopinado. Para a loira Albion, liderada pela Dama de Ferro, esse relâmpago foi a crise das Falklands/Malvinas, levando à intervenção das FA do Reino Unido, a milhares de milhas de distância, envolvendo a rápida activação de meios navais, a requisição e transformação de navios da Marinha mercante para efectuar o transporte e o apoio de

---

<sup>1</sup>Procurei alertar para este problema no meu livro “O Átomo Persa”, Editora Prefácio, 2006.

uma Força de intervenção de milhares de homens. No caso português, a ameaça inopinada poderá ser, entre outros cenários, a extracção de cidadãos portugueses em situação de grave risco em África. Já aconteceu, por duas vezes, por causa da instabilidade na Guiné-Bissau, quando foi preciso mobilizar em 48 horas e embarcar numa Força Naval, efectivos da Marinha e do Exército. Penso ser oportuno salientar que na primeira intervenção, a França, país nosso aliado na OTAN e também membro da UE, movimentava na área meios navais, em apoio de uma facção diferente da que merecia o apoio de Portugal. Lembro que poderá também ocorrer um acto de pirataria ou de terrorismo nos nossos portos ou nas águas sob jurisdição Nacional<sup>2</sup>.

Como é sabido, a política externa dos Estados rege-se por interesses e ninguém poderá garantir que um vizinho, agora amigo, não virá a tornar-se hostil ou inimigo, mesmo tendo um governo democrático<sup>3</sup>. Existem zonas nos limites da nossa Plataforma Continental (a Norte), do Mar Territorial e da Zona Económica Exclusiva (ZEE) (a Sul) que não foram reconhecidos por certos Estados vizinhos, assunto este cujo aprofundamento envolve a interpretação da Convenção Internacional conhecida por Lei do Mar e não pode, naturalmente, ser abordado neste artigo. Inclusivamente, constou-me que, já depois do 25 de Abril, as ilhas Selvagens teriam sido sobrevoadas, a baixa altitude, por caças estrangeiros e talvez este acto não tenha ocorrido sem intenção. Sopunhamos que se descubrem recursos minerais ou energéticos, importantes, na nossa Plataforma Continental, passíveis de extração, nessas zonas com limites juridicamente mal definidos. Acredito na diplomacia, mas poderá vir a ser necessário decretar e garantir uma zona de exclusão marítima. Para isto, é preciso ter meios e planos de contingência devidamente estudados. A União Europeia poderá, eventualmente, não perdurar no tempo. Atente-se nas alterações caleidoscópicas das fronteiras de grande parte dos Estados europeus nos últimos duzentos anos.

É evidente que Portugal, não tem condições para garantir, por si só, a sua segurança e defesa próxima, bem como a média e longa distância, necessitando por isso de participar em Alianças e, para tal, tem de colaborar no esforço comum, com os nossos militares instruídos e exercitados segundo os padrões definidos como necessários para garantir a interoperabilidade entre Forças de diferentes nacionalidades, utilizando plataformas, armas e sensores com um grau de modernidade semelhante ao dos estrangeiros. Atente-se no teor do Artigo 5º do Tratado da Aliança de que Portugal é membro fundador<sup>4</sup>. Se esse instituto fôr evocado, as FA lusas poderão ter de participar em operações com os Aliados em diversas latitudes do planeta. Se, por degradação dos meios ou obsolescência, as FA perderem interoperabilidade, então, em vez de os nossos militares serem úteis e credíveis, constituirão outrossim um prejuízo, podendo até colocar em risco os aliados. Perdoem-me os leitores o sarcasmo mas, em pleno século XXI, quando se utilizam drones, misseis, bombas guiadas e óculos de visão nocturna, um militar armado apenas de coragem, arco e flechas, cavalos e navios de vela, não terá qualquer utilidade, a não ser numa guerra de guerrilha, para desgastar um invasor.

---

<sup>2</sup> Como descrevi no meu livro "A Laranja Maculada", editora Prefácio, 2009.

<sup>3</sup> Por exemplo, durante algum tempo, a Austrália e a Indonésia, em relação a Timor Leste, nomeadamente por causa da exploração recursos petrolíferos e de gás natural ao largo da costa.

<sup>4</sup> Em síntese: Um ataque contra qualquer um dos Estados signatários é considerado um ataque contra todos esses Estados.

Não se pode sofismar nesta matéria. Desde a antiguidade, os combatentes, os nossos militares, em tempo de paz, têm de treinar intensamente segundo padrões muito exigentes. A História demonstra que a falta de treino e de armamento capaz, paga-se em tempo de guerra com um aumento do número de baixas, desnecessário. Veja-se o que aconteceu com o nosso Exército na Flandres, durante a primeira Grande Guerra.

Agora, recordemos as recentes e breves intervenções públicas dos nossos Chefes de Estado-Maior dos Ramos das FA nos órgãos de comunicação social, nomeadamente na televisão, afirmando que os níveis de treino do pessoal se encontram há algum tempo nos mínimos admissíveis. Quando estes altos responsáveis militares, escolhidos exclusivamente pelos Governos, falam para o exterior da Instituição, é preciso ler nas entre-linhas do seu discurso: eles terão querido, a meu ver, alertar a Nação para o facto de o treino das FA se encontrar há demasiado tempo abaixo do mínimo indispensável. Os responsáveis políticos precisam de cuidar, atempadamente, deste problema. Os portugueses não querem, certamente, que durante a utilização operacional, haja mais militares mortos e feridos do que o indispensável. Também podem ocorrer mais avarias e acidentes com as plataformas, sejam elas viaturas, aviões ou navios, resultando um custo de milhões de euros com reparações que poderiam ter sido evitadas. A verificarem-se estes eventos nefastos, a culpa não poderá ser atribuída aos chefes militares mas sim aos decisores políticos por não terem querido atribuir às FA os recursos suficientes para o treino e para a aquisição e manutenção das plataformas necessárias.

É certo que o País carece desesperadamente de recursos financeiros mas, no concerto das Nações, um Estado independente precisa de atribuir meios suficientes às FA para estarem bem treinadas e equipadas para poderem ser utilizadas a qualquer momento e conseguirem garantir o domínio positivo do território e do espaço marítimo e aéreo sob a sua jurisdição, no contexto das Alianças. Se o País não mostrar possuir a vontade e os meios mínimos para garantir a sua segurança e defesa pelo menos a nível da criação de dissuasão, não poderá preservar a sua independência e os espaços vazios serão preenchidos por outrem com interesse na sua utilização. Não se pense que estou a exagerar, pois o próprio Presidente da Academia das Ciências, Prof. Adriano Moreira já o afirmou, ao alertar para o “Estado Exíguo”. É indispensável, com critério, atribuir, prioridades ao emprego dos recursos financeiros e, a vertente de Segurança e Defesa é, deve ser, na minha modesta opinião, prioritária. Queremos ou não, no concerto das Nações, preservar a Independência Nacional? Forças militares prontas e eficientes não se conseguem obter com um mero estalar de dedos, apenas quando surge a ameaça, sendo imprescindível planear e prepará-las com anos de antecedência. Forças Armadas, necessariamente pequenas mas muito eficazes e com elevada capacidade de dissuasão, são indispensáveis.

O treino adequado é crucial e a falta dele reflecte-se, evidentemente, no moral. E o moral, a força anímica, é uma componente essencial do militar em operações. Essa chama, não depende apenas da instrução e do treino mas, também, do patriotismo, da consciência de ser cidadão de um Estado democrático, embora exercendo a cidadania com as restrições que lhe são impostas pela Constituição da República mas não mais do que estas, de sentir o apreço da população, da confiança na competência dos chefes, da disciplina compreendida, dos regulamentos adequados, do bom estado do armamento, de estar devidamente apoiado no respeitante à saúde e à eventual



invalidez, de saber que, em caso de morte, o seu cônjuge terá os meios de subsistência adequados, de se sentir remunerado de forma equiparada a outras profissões de referência muito exigentes, permitindo-lhe a si e à família aceder aos equipamentos sociais necessários, como estabelecimentos de ensino e hospitais.

Os militares precisam de ser regidos por um quadro legal e estatutário estável, respeitando a especificidade da Condição Militar, caracterizada por numerosos deveres mas compensados por direitos especiais, compensatórios das restrições à cidadania, incluindo obrigatoriamente, o do sacrifício da própria vida, se necessário, sem haver lugar para hesitações. São servidores do Estado mas não são funcionários públicos e não devem ser tratados como tal, pelo Poder Político, como, infelizmente vem acontecendo em Portugal através de técnicas de salamição, embora sucessivos Governos o neguem. Esta “confusão”, mina o moral, faz doer a alma.

Ao ombrear com militares estrangeiros em diversas missões da OTAN e da UE, os militares tomam conhecimento directo dos direitos especiais dos seus congéneres dos países mais desenvolvidos do continente europeu, no tocante à sua livre participação em Associações Militares que são ouvidas pelo Governo no respeitante a vencimentos e outros direitos especiais que lhes assistem, como acontece, por exemplo na Irlanda, na Holanda e na Alemanha, entre outros Estados.

Se pertencemos à União Europeia e os políticos portugueses têm um discurso europeísta e até federalista, não é lógico que os nossos Governo assumam uma posição autista apenas no respeitante aos direitos dos militares. Repare-se como a lei trata, por exemplo, outros servidores do Estado com elevadas responsabilidades, como os Magistrados. Estes, estão investidos do poder de decidir sobre a liberdade dos cidadãos, o bem mais importante da democracia e, no entanto, podem organizar-se em sindicatos e transitar livremente entre cargos políticos e os da Magistratura.

Os militares são cidadãos em Uniforme. As FA portuguesas de hoje, decorridos quase quarenta anos desde o 25 de Abril, são constituídas por democratas que conhecem e aceitam as restrições constitucionais a que, voluntariamente, se obrigaram, mas apenas na sua estricte medida. O poder político precisa de compreender que as Associações Militares, aliás no quadro da Lei Orgânica que as rege, devem ser tratadas como parceiras, com lealdade, necessariamente biunívoca, no estudo dos problemas que afectam a comunidade castrense, pois representam uma mais valia, na medida em que podem veicular superiormente, de forma mais rápida e flexível, os anseios e preocupações dos seus representados, por eles livremente debatidos, como se espera de uma verdadeira democracia. O Governo devia rever o diploma legal restrictivo que limita a participação na direcção das Associações Militares, dos que exercem cargos de comando ou conselho, pois a sua aplicação instala um clima de desconfiança e minoriza os militares. É injusto, exagerado, afecta o moral e não contribui para umas FA que se querem modernas e eficazes.

Parede, 25 de Fevereiro de 2013

João Manuel V. P. Nobre de Carvalho

Contra-Almirante, na situação de Reforma